



## Governo pode iniciar reforma tributária pelo valor do ICMS

J. Freitas/Senado Federal



Secretário executivo do Ministério da Fazenda admite propor mudanças fatiadas no sistema de cobrança de impostos

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, admitiu ontem, em debate na CAE, que o governo pode promover uma reforma

tributária fatiada, começando justamente pela definição das alíquotas do ICMS nas operações interestaduais, tema de projeto de resolução do Senado. 3

Nelson Barbosa (F) fala na CAE, ao lado dos senadores Delcídio Amaral (C) e Lobão Filho: ICMS pode ser passo inicial

## Flexa Ribeiro é escolhido ouvidor do Senado 2

Waldemir Barreto/Senado Federal



Plenário escolheu ontem os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

## Plenário elege integrantes do Conselho de Ética e Decoro

Colegiado empossa seus membros e escolhe o presidente hoje. Senador Vital do Rêgo foi eleito corregedor. 4

## Alteração no regimento pode limitar subcomissões 8

## Comissão acata frequência mínima de 80% para aprovação escolar 6

Volter Campanato/ABR



Dos 20 maiores aeroportos, 14 funcionam acima da capacidade segundo o Ipea

## Ipea alerta para insuficiência nas obras de aeroportos para a Copa

Relatório foi discutido em audiência pública ontem no Senado. Mesmo se as obras planejadas

para a Copa e as Olimpíadas forem concluídas a tempo, não atenderão aumento da demanda. 7

## ONU vê Brasil na liderança ambiental

Para o subsecretário-geral das Nações Unidas, Achim Steiner, Brasil pode perfeitamente liderar a conferência internacional sobre o

meio ambiente Rio+20. Em debate na CMA, ele colocou o país na vanguarda de um desenvolvimento baseado na economia verde. 5



Herman Benjamin (STJ), Francisco Gaetani (MMA) e o senador Rodrigo Rollemberg ouvem Achim Steiner

José Cruz/Senado Federal



J. Feitosa/Senado Federal



Secretário de Educação Profissional, Eliezer Pacheco, ao lado de Paim, diz que meta é formar 3 milhões de profissionais até 2014

# Pronatec tentará combater "apagão" de mão de obra

Em audiência na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, senadores também destacaram importância do programa para a inclusão social

SENADORES, REPRESENTANTES DO governo e dos empresários defenderam ontem, em audiência pública no Senado, o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), que o governo federal deve lançar em breve como uma das medidas para sanar a falta de mão de obra qualificada no país. O debate foi promovido pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os senadores Ana Amélia (PP-RS), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS), que preside a subcomissão, também destacaram a importância do programa para a inclusão social.

Segundo o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, o Pronatec visa incentivar e financiar vários outros programas vinculados ao ensino técnico e a cursos profissionalizantes. Seriam beneficiados, por exemplo, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o "Sistema S", que abrange entidades vinculadas ao Senai, ao Sesi, ao Senac e ao Sebrae, entre outras.

Pacheco disse que o Pronatec poderá conceder bolsas de estudo para quem estiver cadastrado no Bolsa Família. Seria uma forma de garantir uma "porta de saída" para as pessoas que hoje são sustentadas pelo pro-

grama. A meta do Pronatec, que ainda terá seus cursos definidos, é formar cerca de 3 milhões de profissionais até 2014. O secretário declarou que cerca de R\$ 1,6 bilhão está sendo investido na rede de escolas estaduais. Ele também destacou que o ensino a distância será outro ponto importante no âmbito do Pronatec.

O presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Claudio Ricardo de Lima, disse que é preciso aproveitar o chamado "bônus demográfico": aumento da população economicamente ativa (PEA) do país.

## Exigência de curso para reincidente de seguro

O trabalhador que recorrer por mais de uma vez ao seguro-desemprego só terá direito a novo benefício se fizer um curso de qualificação profissional. Prevista no Pronatec, a medida foi elogiada durante o debate na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Para Paulo Paim, são frequentes as denúncias de trabalhador demitido apenas para receber o seguro. Wellington Dias (PT-PI) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) também elogiaram a iniciativa de promover a profissionalização dos beneficiários de programas sociais. Wilson Santiago (PMDB-PB) sugeriu que escolas públicas possam ser usadas para cursos de qualificação de mão de obra.

## Ensino técnico será fortalecido, garante Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que o fortalecimento do ensino técnico foi defendido por todos os especialistas que debateram o tema na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

De acordo com o senador, os representantes dos empresários, do governo e dos trabalhadores enfatizaram que, se o Brasil contasse hoje com "milhares e milhares" de técnicos, todos estariam colocados de imediato no mercado de trabalho, diante da demanda por mão de obra qualificada.

Paim avaliou que a melhoria do ensino técnico poderá contribuir para a redução da violência e a oferta de emprego.

### Claudia Lyra fala sobre reforma administrativa

O presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), informou que a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, será ouvida hoje pelo colegiado, após a ordem do dia.

A subcomissão analisa projeto de resolução (PRS 96/09) que altera as normas administrativas do Senado.

### Sarney recebe visita de indicados ao STJ

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita dos três novos candidatos a vagas de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ): Ricardo Villas Boas Cuêva, Antônio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior. Eles foram indicados pela presidente Dilma, a partir de listas enviadas pela OAB e serão sabatinados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Ministro Mário Negromonte afirma a Sarney que buscará solução para o Amapá

## Bancada do Amapá cobra recursos do Ministério das Cidades

A bancada do Amapá no Congresso, incluindo o presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se ontem com o ministro das Cidades, Mário Negromonte, para pleitear verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinadas a obras no estado. Os parlamentares cobraram investimentos principalmente nas áreas de saneamento e habitação.

– Estamos marcando reuniões

com prefeitos, parlamentares e nossos técnicos para buscar uma solução – afirmou Negromonte.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL) disse que o Amapá sofre com a falta de saneamento básico.

– O Amapá é o último estado da Federação em cobertura de saneamento básico. Precisamos de investimentos e alocação de recursos do Ministério das Cidades.

## Sarney escolhe Flexa Ribeiro para Ouvidoria e cinco procuradores

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) agora é o ouvidor-geral do Senado. Ele foi escolhido ontem pelo presidente da Casa, José Sarney, e terá um mandato de dois anos, renovável por igual período. Já nomeado, Flexa Ribeiro deverá ouvir reclamações, sugestões, denúncias, elogios e pedidos de informações da sociedade sobre as atividades da instituição.

Outros cinco senadores fo-

ram escolhidos por Sarney para integrar a Procuradoria Parlamentar: Demóstenes Torres (DEM-GO), Waldemir Moka (PMDB-MT), Delcídio Amaral (PT-MS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Benedito de Lira (PP-AL), que exercerão a atividade por mandato de dois anos, também renovável por mais dois. Todos deverão zelar pela instituição, defendendo o Senado.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Incentivos fiscais

14h A pauta continua trancada pela Medida Provisória 512/10, transformada no Projeto de Lei de Conversão 8/11, que estabelece incentivos fiscais ao desenvolvimento regional da indústria automotiva.

### Presidência Visita de parlamentares do Paraguai

11h José Sarney recebe o presidente do Senado do Paraguai, González Daher, e delegação de parlamentares. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CCT Fraudes com concessões de radiodifusão

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia discute denúncias sobre a utilização de empresas em nome de "laranjas" para comprar concessões de rádio e TV. Participa o secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Genildo Lins de Albuquerque Neto, entre outros convidados.

### CDH Dia da Empregada Doméstica

9h A Comissão de Direitos Humanos realiza audiência sobre o Dia da Empregada Doméstica. Estão convidados, entre outros, as ministras da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairos, e o ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

### Aborto Frente em defesa da vida

9h Instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto, no Auditório Nereu Ramos.

### CAS Ampliação do seguro-desemprego

9h A Comissão de Assuntos Sociais, entre outros itens, examina projeto que trata do prolongamento da concessão do seguro-desemprego, em até 12 meses, para grupos específicos de segurados.

### CDR Programas e ações do Ministério do Turismo

9h30 Audiência pública com a participação do ministro do Turismo, Pedro Novais. Ele vai apresentar aos senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo os planos de governo de sua pasta.

### CRE Comitativa paraguaia

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa convite ao ministro das Relações Exteriores para participar de debate sobre a situação de emergência em países do Oriente Médio. Às 15h30, a comissão recebe visita de missão parlamentar do Paraguai.

### CCJ Tramitação de medidas provisórias

10h O primeiro item da pauta da Comissão de Constituição e Justiça é a proposta que altera a tramitação das medidas provisórias.

### CE Transmissão de jogos de futebol

10h A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol será debatida na Comissão de Educação. Entre os convidados, os presidentes do Cade, Fernando Furlan; da CBF, Ricardo Teixeira; e do Clube dos 13, Fábio Koff.

### Copa Obras de infraestrutura no Amazonas

14h30 A Subcomissão da Copa do Mundo de 2014 debate com o coordenador da Unidade Gestora do Projeto Copa no Amazonas, Miguel Capobianco Neto, entre outros, as obras de infraestrutura a serem realizadas no estado.

### CCJ Combate ao narcotráfico

14h30 Audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania debate, com representantes do Ministério da Educação, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, entre outros, o papel dos meios de comunicação no combate ao narcotráfico.

### CMO Obras paralisadas e inacabadas

14h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne para votação de requerimentos, entre os quais o que solicita audiência pública para debater a situação das obras paralisadas e as inacabadas custeadas com recursos da União.

### CCJ Regulamento administrativo do Senado

18h A Subcomissão de Reforma Administrativa, que integra a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ouve a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, sobre projeto que altera o regulamento administrativo do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a integra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



Secretário executivo do Ministério da Fazenda anuncia que governo estuda transição em que as alíquotas de ICMS chegariam a 2% em 2014

## Governo anuncia reforma tributária fatiada

O EXAME DE um projeto de resolução do Senado que trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados deflagrou a discussão da reforma tributária na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, anunciou uma reforma fatiada, começando exatamente pela definição das alíquotas interestaduais. A questão tem ampla repercussão na guerra fiscal entre os estados e na competitividade das empresas.

O projeto (PRS 72/10), apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR), ataca o ponto central da guerra fiscal: o ICMS interestadual sobre os importados, hoje fixado em 12%. Jucá propõe zerar o ICMS dos produtos que não tenham sido submetidos a processo de industrialização no Brasil ou que tenham sido submetidos a processos que apenas alteraram sua apresentação. Um dos



Nelson Barbosa propõe redução progressiva do ICMS dos atuais 12% para 2%

alvos é a indústria automobilística, atraída pelo mecanismo da guerra fiscal, e que importa até 70% dos componentes.

### Crédito

Para atrair essas indústrias, alguns estados adotam o crédito presumido ou o diferimento no pagamento. No crédito presumido, o estado dá um desconto no ICMS interestadual de 12%, reduzido na prática a 3% ou 4%, embora dê à empresa beneficiária comprovante de

pagamento de 12%.

Quando a mercadoria sai do estado de origem, já tem um crédito de 12%, que será abatido do ICMS total na venda, de 18%, pagando a diferença de 6%. Com o diferimento, a empresa paga os 12% do ICMS interestadual, mas ganha financiamento do valor em até 30 anos, a juros subsidiados.

Para Nelson Barbosa, esses incentivos podem fazer sentido no estado, mas geram um efeito nocivo no país. Combinados

com "a apreciação cambial forte", diminuem em muito a competitividade das empresas brasileiras.

### "Bode"

A ideia de zerar a alíquota eliminaria uma das partes mais visíveis da guerra fiscal, porque brecaria os incentivos baseados no ICMS interestadual sobre produtos e mercadorias importados. Mas, conforme Nelson Barbosa, poderia gerar desequilíbrio em vários estados.

Por isso, ele propôs uma transição: as alíquotas passariam de 12% para 8% em 1º de janeiro de 2012; para 4% em 2013; e para 2% a partir de 2014.

O próprio Jucá disse que a alíquota zero foi "um bode" para gerar a discussão e admitiu trocá-la por "um número mais palatável". Alguns secretários de Fazenda presentes ao debate, como o de Goiás, Simão Cirineu, e o do Espírito Santo, Maurício César Duque, alertaram para as consequências da mudança para seus estados.

O secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, disse

que alguns estados estão dando incentivo com recursos de outros, numa referência ao crédito presumido ou diferimento no pagamento. Os incentivos atraem as indústrias, mas geram demandas adicionais, que os estados não têm condições de atender. Calabi defendeu uma alíquota de 4% para viabilizar inclusive o controle, pelos estados, das importações realizadas e para compensar os investimentos de infraestrutura dos estados portuários.

O secretário apoiou a fixação de uma alíquota de 4% para todas as operações interestaduais de ICMS, porque ela mudaria o foco do imposto, beneficiando mais os estados consumidores.

Mesmo apontando que a proposta importaria uma perda de arrecadação para São Paulo de R\$ 5 bilhões anuais, Calabi disse que ela poderia colocar ordem na situação de "sério risco" de manter a guerra fiscal.

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, também apoiou a alíquota geral de 4%.



Secretário da Fazenda de Goiás, Cirineu defende mudança no imposto

### ICMS do comércio eletrônico gera reclamações

Representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) na audiência pública da CAE, o secretário da Fazenda de Goiás, Simão Cirineu, considerou "fratricida" a política de desenvolvimento regional baseada na guerra fiscal dos estados.

Ele culpou os desequilíbrios no ICMS e na própria política de desenvolvimento regional pela deflagração da guerra fiscal. Cirineu citou o exemplo do comércio eletrônico: o ICMS fica integralmente com o estado onde se situa a empresa vendedora.

O secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, disse que a Constituição é clara ao atribuir o ICMS ao estado onde a operação de venda for realizada. Mas vários senadores apoiaram o alerta de Cirineu sobre a necessidade de mudança no ICMS do comércio eletrônico.

A ausência de uma política de desenvolvimento equilibrada, segundo Cirineu, leva cada estado a agir por conta própria.

## Próximas alterações vão atingir PIS e Cofins

A reforma tributária a contagotas ou fracionada representa uma mudança tática do Executivo. No primeiro mandato, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou um conjunto de mudanças, estratégia repetida sem sucesso no segundo mandato.

Depois da mudança no ICMS, como revelou Nelson Barbosa, na audiência da CAE, a alteração seguinte ocorrerá no PIS e na

Cofins. O objetivo é incentivar as exportações e o investimento.

Outra alteração deverá ocorrer no Supersimples, o sistema simplificado de arrecadação de impostos e contribuições federais voltado para o microempreendedor individual. As mudanças visam ampliar os limites de enquadramento e incentivar as exportações.

O quarto eixo de discussão da reforma tributária, segundo

Nelson Barbosa, será a desoneração da folha de pagamentos. Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Barbosa disse que os estudos nessa matéria ainda são bastante embrionários.

A decisão de abandonar a reforma em bloco e optar pelo fracionamento foi discutida pela presidente Dilma Rousseff na reunião do Conselho Político, no último dia 24.



Para o senador, sistema tributário precisa de diagnóstico urgente

### Aloysio eleito para subcomissão do sistema tributário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) instalou ontem a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional (CAESTN). Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi eleito presidente e José Pimentel (PT-CE), vice.

O senador por São Paulo disse que o trabalho é urgente e afirmou que a subcomissão tem pela frente "uma tarefa da maior complexidade, porque nosso sistema tributário é complexo". Ele propôs a análise da funcionalidade e do desempenho dos impostos no Brasil.

– Não cabe a nós uma proposta de reforma tributária, mas um diagnóstico preciso sobre os problemas que afetam o sistema tributário do país – disse.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) afirmou que a subcomissão terá muito a colaborar com a CAE. Segundo ela, o objetivo é encontrar propostas para a racionalização dos tributos e para que a arrecadação ocorra de uma forma que não atrapalhe o desempenho do país.

## "Definição sobre restos a pagar será de Dilma"

A discussão do decreto que estipulou o próximo sábado, dia 30, como prazo de validade dos restos a pagar dos exercícios financeiros de 2007 a 2009 dominou ontem a audiência pública com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Diante da pressão da Comissão Mista de Orçamento (CMO) pela prorrogação do prazo estipulado no Decreto 7.418/10, a ministra avisou ao Congresso que a definição final sobre o assunto será da presidente Dilma Rousseff. Os restos a pagar dos três anos somam hoje R\$ 9,8 bilhões em convênios da União com estados e municípios. De acordo com a ministra, metade desse valor decorre de

emendas parlamentares.

Se o prazo não for prorrogado, os valores serão cancelados, o que, segundo parlamentares, prejudicará vários municípios que não poderão arcar com contratos já firmados sob a expectativa do repasse de recursos. Muitos desses contratos, disse o deputado Cláudio Caja-

do (DEM-BA), são sobre obras inacabadas ou nem iniciadas.

Sem a definição, o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), quer incluir na proposta a criação de um fundo orçamentário para cobrir os restos a pagar de anos anteriores.



Parlamentares explicam à ministra que municípios poderão ter sérios prejuízos

## Miriam: governo estuda nomeação de concursados

O governo pretende nomear os candidatos que passaram em concursos públicos dentro do número de vagas previsto nos editais, e os demais terão de esperar, disse a ministra do Planejamento a um grupo de aprovados em concursos públicos que acompanhou a audiência de Miriam

Belchior no Congresso.

Ela assegurou que o governo está analisando com mais cuidado a possibilidade de nomeação para certames com prazo de validade a vencer ainda este ano. A suspensão de concursos e nomeações para cargos públicos em 2011 foi uma das medidas do

governo para enxugar gastos e readequar a programação orçamentária da União.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) entregou à ministra um abaixo-assinado com cerca de 50 senadores pedindo a nomeação daqueles já aprovados em concursos.





Plenário votou ontem os nomes indicados pelas lideranças partidárias e ratificou a indicação do senador Vital do Rêgo para a Corregedoria Parlamentar, cargo que estava vago desde a morte de Romeu Tuma

Foto: de Waldemir Bonetto/Senado Federal

# Eleitos novos integrantes do Conselho de Ética do Senado

Colegiado é responsável por propor sanções aos senadores que praticarem atos contra a ética e o decoro parlamentar. Também foi aprovado nome de Vital do Rêgo para corregedor

OS SENADORES APROVARAM ontem, em Plenário, os nomes indicados pelas lideranças para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa. O único voto contrário à aprovação foi do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Também foi aprovado o nome do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) para corregedor parlamentar.

O Conselho de Ética será instalado hoje, às 14h30, para eleição do seu presidente e do vice. Composto por 15 membros titulares e 15 suplentes, com mandatos de dois anos, o colegiado é responsável por propor sanções aos senadores que praticarem atos contra a ética e o decoro parlamentar, entre elas a perda do mandato.

Entre os novos integrantes,

pelo PMDB, estão o ex-presidente do Senado Renan Calheiros (AL) e o do líder do governo na Casa, Romero Jucá (RR). Pelo PT, aparece o líder do Bloco de Apoio ao Governo, Humberto Costa (PE).

A Resolução 20/93 do Senado lista os deveres fundamentais de um senador e os procedimentos disciplinares a que estará sujeito

caso falte com esses deveres. Pela resolução, considera-se incompatível com a ética e o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional; a percepção de vantagens indevidas; e a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

## Conselho de Ética

TITULARES	PMDB: Lobão Filho (MA), João Alberto Souza (MA), Renan Calheiros (AL), Romero Jucá (RR). PT: Humberto Costa (PE), Wellington Dias (PI), José Pimentel (CE).
	PSDB: Mário Couto (PA), Cyro Miranda (GO). PTB: Gim Argello (DF).
	DEM: Jayme Campos (MT). PR: Vicentinho Alves (TO). PP: Ciro Nogueira (PI).
	PDT: Acir Gurgacz (RO). PSB: Antônio Carlos Valadares (SE).
SUPLENTE	PMDB: Wilson Santiago (PB), Valdir Raupp (RO), Eunício Oliveira (CE).
	PT: Aníbal Diniz (AC), Walter Pinheiro (BA), Ângela Portela (RR).
	PSDB: Paulo Bauer (SC), Marisa Serrano (MS). PTB: João Vicente Claudino (PI).
	DEM: Maria do Carmo Alves (SE).

## Requião diz que tomou gravador para evitar edição

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem em Plenário que o episódio em que tomou o gravador de um repórter que lhe perguntava sobre o recebimento de aposentadoria de ex-governador, ocorrido na segunda-feira, está sendo contado de forma equivocada pela imprensa. Ele rebateu afirmações de que teria tomado o gravador numa atitude de censura ao repórter. "Eu apenas retirei o gravador para evitar que ele editasse o conteúdo", declarou, informando que publicou a íntegra da entrevista em seu site, [www.robertorequia.com.br](http://www.robertorequia.com.br).

Segundo Requião, o repórter questionava com o intuito de acuá-lo, "no estilo de programas como *Pânico* e *CQC*". Requião reconheceu que perdeu a paciência com o repórter, que, segundo ele, insistia em repetir a pergunta que já teria sido respondida por ele.

— A Bandeirantes veio com uma encomenda para me irritar. Fui alvo de uma provocação programada e reagi com indignação.



Requião também admite ter perdido a paciência com "bullying público"

Requião contou que, quando era governador, ficou sete anos e três meses sem dar entrevistas ao vivo porque era pressionado, "num regime de chantagem", pela imprensa a abrir os cofres do governo em contratos de publicidade para não receber críticas dos meios de comunicação.

— Temos de acabar com o abuso, com esse *bullying* público que todos sofremos pelo simples fato de ganhar uma eleição e assumir um mandato.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), "o jornalista estava no direito de perguntar sobre uma questão que é de interesse público". Lobão Filho (PMDB-MA) apoiou o discurso de Requião.

## Sindicato pede sanções contra ato de senador

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF) encaminhou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, documento pedindo a aplicação de sanções contra o senador Roberto Requião, por impedir o exercício da profissão por jornalista, mediante o uso de "agressões físicas e verbais".

No documento, o sindicato protesta contra a apropriação indevida do instrumento de trabalho (gravador) do jornalista da Rádio Bandeirantes, após o senador Requião ter se desagradoado com pergunta realizada pelo profissional, e contra a chacota e as ameaças públicas feitas pelo senador.

O documento solicita que o senador Roberto Requião seja intimado a dar sua versão dos fatos e que se apresentem as imagens referentes aos acontecimentos.

## Vital do Rêgo é o novo corregedor parlamentar

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a demora na definição de um novo corregedor parlamentar — cargo vago desde outubro de 2010, com a morte do senador Romeu Tuma — se deve à sobrecarga de trabalho e à demora para a indicação de nomes pelos líderes partidários. Ontem foi aprovado o nome do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) para o cargo.

— Há uma sobrecarga muito grande. Somos 81, temos 12 comissões e 22 subcomissões e o cargo de corregedor demanda certa dedicação.

A necessidade de um corregedor foi colocada em evidência após episódio envolvendo o senador Roberto Requião (PMDB-PR) e um repórter da Rádio Bandeirantes. O jornalista tentou registrar uma reclamação na Polícia Legisla-



Vital do Rêgo é aprovado para o cargo de corregedor do Senado

tiva, mas foi informado que a competência sobre o caso é da Corregedoria.

Sarney lamentou o ocorrido, mas classificou o episódio como um "atrito devido a um problema de temperamento".

— Acho que foi um atrito, mas não tem essa conotação de uma agressão à liberdade de imprensa.

## Ana Amélia vê manipulação de dados do Senado

A senadora Ana Amélia (PP-RS) considerou manipulação primária o cálculo feito pela organização não governamental Transparência Brasil segundo o qual cada senador custaria R\$ 33 milhões ao ano. A ONG divide o orçamento total do Senado pelos 81 senadores.

— É uma manipulação com objetivo claro de provocar a reação negativa da opinião pública contra esta Casa, contra o Parlamento — criticou.

Jornalista há 40 anos, a senadora ressaltou a importância do trabalho dos profissionais que fazem a cobertura das atividades do Congresso Nacional. Ela acrescentou, no entanto, que todos têm responsabilidade com as instituições democráticas.

Ana Amélia comentou o episódio envolvendo o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que tomou o gravador das mãos do repórter Victor Boyadjian, da Rádio Bandeirantes, por não concordar com uma pergunta.

— Tenho o direito de não responder às perguntas que



Todos têm responsabilidade com as instituições democráticas, diz senadora

me fizerem, porque dei essa liberdade, e a obrigação de um jornalista é fazer o mesmo. Mas também temos que respeitar o exercício profissional dos jornalistas nesta Casa, assim como os jornalistas também têm que entender as posições que nós aqui tomamos.

A senadora ainda relacionou as medidas de economia de recursos tomadas pela Casa nos últimos meses, a exemplo do controle mais rígido dos telefones e do ponto dos servidores. As medidas, disse, não receberiam da imprensa o devido destaque.

— Não é dessa forma que vamos construir a democracia.

## Aprovadas 4 indicações para embaixadores

O Plenário aprovou ontem a indicação do atual embaixador do Brasil em Paris, José Maurício de Figueiredo Bustani, para exercer cumulativamente o

cargo de embaixador junto ao principado de Mônaco. A aprovação de Bustani, que confirma decisão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(CRE) no último dia 14, será comunicada à Presidência da República.

Na mesma sessão, foram aprovadas as indicações dos diplomatas Raymundo Santos

Rocha Magno, para o posto de embaixador na Romênia; Eliana da Costa e Silva Puglia, para a Guiné Equatorial; e Ana Maria Pinto Morales, para a Zâmbia.



Mesmo focado no crescimento e na eliminação da pobreza, o Brasil já tem iniciativas sustentáveis, segundo subsecretário-geral das Nações Unidas

## Steiner vê o Brasil liderando debates na Rio+20

O BRASIL TEM condições privilegiadas para liderar a conferência Rio+20, que será sediada no Rio de Janeiro no ano que vem, assumindo papel de destaque nas discussões em torno de novo padrão de desenvolvimento, baseado na economia verde. A avaliação foi feita pelo subsecretário-geral das Nações Unidas, Achim Steiner, em audiência ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Steiner, que também é o diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), admitiu que o Brasil ainda necessita dirigir o foco de suas políticas ao crescimento econômico, por possuir grande número de pobres. No entanto, ele ressaltou que o país busca isso já atuando na transição para o desenvolvimento sustentável, ainda que de forma incompleta. Como exemplo positivo, ele destacou que 46% de toda a energia produzida no Brasil provém de fontes renováveis. Também citou o crescimento das práticas de reciclagem de plásticos e outros materiais.

– São exemplos de iniciativas de economia verde que podem ser implementados em qualquer país e o Brasil já está nesta trilha há alguns anos – afirmou.

Por sugestão do presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a audiência foi realizada para debater as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, tratar da realização da Conferência Rio+20 em 2012 e discutir sob o ponto de vista da sustentabilidade os dois grandes eventos esportivos programados para o Brasil: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

### Caminho longo

Na avaliação de Steiner, as nações continuam buscando o desenvolvimento de forma antiga. No entanto, ele acredita que, pela primeira vez na história, os seres humanos possuem meios para produzir e consumir sem causar tantos impactos sobre os ecossistemas. De todo modo, o diretor do Pnuma reconhece que a caminhada para um padrão de desenvolvimento sustentável no mundo ainda será longa.

Segundo ele, o desafio será conciliar desenvolvimento sem poluição com produção de energia, bens e alimentos de forma limpa, mas não apenas isso. O entendimento é de que a sustentabilidade envolve também aspectos sociais, sobretudo a segurança alimentar e a provisão de empregos para os indivíduos em escala global.

O diretor executivo do Pnuma disse que outro pilar da economia verde é a busca pela eficiência no aproveitamento dos recursos naturais. Como observou Achim Steiner, aproximadamente um terço de toda a comida produzida é descartada nas lixeiras.



Achim Steiner, que também é o diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, fala à CMA ao lado do senador Rodrigo Rollemberg

### Para representantes do governo, Brasil dará exemplo ao mundo

O Brasil dará ao mundo exemplo de responsabilidade social e econômica e de preservação do meio ambiente ao sediar e “promover de forma sustentável” a Conferência Rio+20, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, avaliou o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Gaetani, na audiência na CMA.

Gaetani, representando a ministra Izabella Teixeira, afirmou que o crescimento sustentável do Brasil depende de ações integradas dos ministérios, empresários e sociedade. Ele disse que o ministério vai promover programa de produção sustentável com as indústrias.

Para Luiz Alberto Figueiredo, representante do Itamaraty, “pensar um desenvolvimento que contemple aspectos econômicos, sociais e ambientais é um marco na história”.

– A Rio+20 será um encontro mundial para discutir desenvolvimento eficaz de forma a



Gaetani, do MMA: desenvolvimento só é viável com cuidado ambiental

mudar paradigmas – disse.

Já o senador Rodrigo Rollemberg afirmou que a economia baseada no carbono e no uso extremo dos recursos naturais é “insustentável” não apenas na área ambiental, mas também na social e na racionalidade econômica de longo prazo.

### Senadores cobram participação maior da ONU na agenda global

Diante de Achim Steiner, na CMA, João Pedro (PT-AM) cobrou da ONU liderança mais ativa na discussão da agenda global para o meio ambiente.

O senador disse que o órgão precisa se “afirmar” na Rio+20, em 2012, com proposições e compromissos. Steiner respon-



Para João Pedro, ONU deve levar proposições e compromissos à Rio+20

deu que o órgão não consegue sempre atuar com a força necessária, pois falta consenso entre os países membros.

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que o Brasil, graças aos compromissos assumidos e às ações implementadas, passou de “vilão” a líder ambiental. Já Blairo Maggi (PR-MT) observou que a sociedade pode não querer trocar áreas de preservação por mais produção.

– Por isso, o terceiro elemento é a biotecnologia e a transgenia, o avanço da ciência – considerou.

Anibal Diniz (PT-AC) disse que órgãos de pesquisa do Brasil estão oferecendo soluções técnicas para permitir mais produção sem poluição e com preservação de áreas verdes.

### Subcomissão vai acompanhar preparativos da Rio+20

Uma subcomissão temporária, vinculada à Comissão de Meio Ambiente, vai acompanhar os preparativos da Conferência Rio+20. A iniciativa, de Cícero Lucena (PSDB-PB), foi aprovada ontem pela comissão. O Globe International – fórum de parlamentares dedicados ao meio ambiente, do qual o senador faz parte – vai se reunir uma semana antes da Rio+20 e a subcomissão terá papel importante na discussão dos temas que serão tratados nesses encontros, disse.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), sugeriu que a subcomissão se articule com outro grupo criado com o mesmo objetivo na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A CMA decidiu realizar audiência, proposta por Rollemberg, para discutir com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Benjamin Zymler formas de aprimorar mecanismos de fiscalização. A comissão aprovou proposta de Antônio Carlos



Para Cícero Lucena, subcomissão terá importante papel em fórum global

Valadares (PSB-SE) para incluir representantes do Ministério da Fazenda, da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes e da indústria da cana-de-açúcar como participantes da audiência sobre a política de preços de combustíveis e o mercado de petróleo.

### Resultado de discussões pode ser transformado em livro

A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas realizará ciclo de debates sobre temas relacionados à conferência, que ocorrerá em 2012, no Rio de Janeiro. A sugestão do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da subcomissão, é que os textos do debate sejam transformados em livro, a ser entregue à presidente Dilma Rousseff para envio a chefes de Estado.

Os temas propostos por Cristovam foram: água, energia, pobreza, padrão de consumo, novo indicador de progresso, biodiversidade, aquecimento

global, padrão de produção e distribuição, ciência e tecnologia, economia verde, cidades e decrescimento. O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sugeriu a inclusão de mais um tema na lista: compras governamentais e meio ambiente.

Durante a reunião, foi confirmada a viagem que a subcomissão fará ao Rio de Janeiro, na próxima segunda-feira, para conhecer e verificar a infraestrutura do local do evento. Segundo Cristovam, já está confirmada audiência com o prefeito do Rio, Eduardo Paes. A audiência com o governador do estado, Sérgio Cabral, ainda não é certa.



Em decisão terminativa, a Comissão de Educação elevou os atuais 75%, embora o projeto determinasse 85% do total de horas letivas a serem cumpridas na educação básica

## Frequência mínima nas escolas pode ir para 80%

A FREQUÊNCIA MÍNIMA para aprovação dos alunos da educação básica deverá subir dos atuais 75% para 80% do total de horas letivas. A elevação consta de projeto de lei (PLS 385/07) do então senador Wilson Matos aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), modificou o texto original, que determinava frequência mínima de 85%. Esse percentual, segundo o relator, poderia impor ao estudante trabalhador um "entrave intransponível à sua formação pessoal".

– O projeto enquadra-se nas exigências de formação da nossa juventude – disse Inácio Arruda, que elogiou a dedicação de Wilson Matos à educação.

Alvaro Dias (PSDB-PR), de quem Matos foi suplente, também ressaltou o empenho do autor no aperfeiçoamento da educação nacional. Marisa Serrano (PSDB-MS) elogiou a proposta por garantir mais tempo do aluno em sala de aula. E ressaltou a presença, entre as



Crianças estudam inglês em escola de Brasília: diversificação aumenta presença

metas do novo Plano Nacional de Educação, da ampliação da educação em tempo integral.

O projeto será examinado em turno suplementar – conforme anunciou o presidente da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR).

### Patrono

A comissão também aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 146/10) que declara Nilo Peçanha patrono da educação profissional e tecnológica. O relator, Paulo Paim (PT-RS), res-

saltou em seu voto favorável a criação, pelo então presidente Nilo Peçanha, em 1909, de 19 escolas de aprendizes e artífices, que mais tarde tornaram-se escolas técnicas federais.

Por recomendação da relatora, Marisa Serrano, foi rejeitado o PLC 275/09, que denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101 entre as cidades gaúchas de São José do Norte e Mostardas. Toda a extensão da BR-101 foi denominada, pela Lei 10.292/01, Rodovia Governador Mario Covas, lembrou ela.

## Senado homenageia Professores de Educação Física Sem Fronteiras

O Senado homenageou na sessão de ontem o projeto Professores de Educação Física Sem Fronteiras, da Federação Internacional de Educação Física (Fiep), pelos cinco anos de atuação no país. O projeto, que vai atender este ano o Centro-Oeste, já desenvolveu atividades pedagógicas e de cunho técnico-profissional nas demais regiões do país.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que requereu a homenagem, disse que a criação da Fiep foi inspirada no 1º Congresso Internacional de Bruxelas, ocorrido logo após a 1ª Guerra Mundial, nos moldes de uma comissão internacional formada por grandes personalidades da educação da época. Ele lembrou

que o primeiro presidente da Fiep no Brasil foi Manoel Gomes Tubino, com quem trabalhou no Paraná para implantar o esporte olímpico entre os jovens.

Conforme destacou a senadora Marta Suplicy (PT-SP), que presidia a sessão, a Fiep é reconhecida pela Unesco e pelo Comitê Olímpico Internacional. Durante a sessão, Alvaro foi homenageado pelo presidente da Fiep no Brasil, Almir Adolfo Gruhn, com o troféu do Professores de Educação Física sem Fronteiras 2011. Também foram contemplados Paulo Paim (PT-RS) e Marisa Serrano (PSDB-MS), que, como secretária de Educação de Mato Grosso do Sul, implementou a atividade entre crianças de um a quatro anos.



Alvaro Dias exalta o projeto durante a sessão, presidida por Marta Suplicy

## Senado e Câmara lançam anais da atividade turística

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado e a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara lançam hoje os anais do 12º Congresso Brasileiro da Atividade Turística – Cbratur 2010. O evento será às 18h30, na Biblioteca do Senado.

No Cbratur 2010, realizado em 1º de dezembro último, parlamentares, representantes do governo e do setor ressaltaram a necessidade de ações coordenadas para que o Brasil guarde um relevante legado após a realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Desde 1999, o Legislativo federal realiza anualmente, com colaboradores da área de turismo, o Congresso Brasileiro da Atividade Turística, um espaço de diálogo entre Legislativo, Executivo e sociedade direcionado ao fomento de políticas indutoras da atividade turística.



Ana Amélia, ao lado de Roberto Kinoshita, dirige audiência na subcomissão

## Álcool ainda é o grande vilão, das drogas, alerta especialista

O coordenador nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, Roberto Tykanori Kinoshita, disse ontem que, embora o uso de crack tenha grande visibilidade, o álcool ainda é a droga que acarreta mais problemas e prejuízos para a sociedade brasileira.

Durante audiência pública no Senado, Kinoshita advertiu que o álcool tem custo econômico "infinitamente superior" para o

país, principalmente com o tratamento das doenças causadas pela bebida e com a violência no trânsito.

O representante da pasta da Saúde falou em painel do ciclo de debates sobre o crack promovido pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## CAS examina projeto que impede abuso em juros de empréstimo a aposentados

Projeto que proíbe a cobrança de taxas de juros a aposentados e pensionistas nos empréstimos com desconto em folha de pagamento com índices maiores que os cobrados de trabalhadores da ativa deverá ser examinado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor da proposta, senador Paulo Paim (PT-RS), argumenta que taxas de juros mais altas para aposentados e pensionis-

tas caracterizam discriminação contra a pessoa idosa, prevista no Estatuto do Idoso.

Também está na pauta da comissão, entre outros projetos, o que possibilita a concessão do seguro-desemprego por até 12 meses para grupos específicos de segurados. Atualmente, o benefício é concedido por um período variável de três a cinco meses, podendo ser prorrogado por mais dois.

### Frente contra o aborto será instalada hoje

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto será instalada hoje, às 9h, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara. A frente conta, no momento, com 205 adesões, sendo 14 senadores, e será presidida pelo deputado Salvador Zimbalá (PDT-SP).

O grupo se opõe à legalização do aborto e vai trabalhar para evitar a aprovação de

projetos que ampliem os casos de aborto legal. Além disso, a frente defende a implantação de políticas públicas de atenção à gestação e à maternidade e de adoção de crianças nascidas de mães vítimas de estupro.

Também ocorrerá o 4º Encontro Brasileiro de Legisladores e Governantes pela Vida. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi convidado.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Alvaro Dias • Paulo Davim • Paulo Paim • Mozarildo Cavalcanti • João Ribeiro • Cícero Lucena • Acir Gurgacz

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920



Estudo do Ipea apresentado na CI afirma que em 13 terminais, mesmo se concluídas, obras para a Copa e as Olimpíadas não atenderão ao aumento previsto no volume de passageiros

## Técnicos confirmam previsão pessimista sobre aeroportos

DOS 20 MAIORES aeroportos brasileiros, 14 funcionaram acima do limite em 2010, e mesmo se as obras planejadas pela Infraero visando à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016 forem concluídas, não atenderão ao aumento previsto no volume de passageiros em 13 aeroportos. Entre 2003 e 2010, o movimento saltou de 71 milhões de passageiros por ano para 154 milhões, um crescimento de 117% em oito anos.

Esse é o resultado de estudo apresentado ontem em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). A nota técnica, intitulada *Aeroportos no Brasil: investimentos recentes, perspectivas e preocupações*, foi elaborada pelos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Carlos Alvares da Silva Campos Neto e Frederico Hartmann de Souza. Campos Neto disse que não é preciso esperar 2014 para que os problemas dos aeroportos apareçam. As deficiências já seriam perceptíveis hoje.

O presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias (Snea), José Márcio Mollo,



Na audiência, Campos Neto, Lúcia Vânia, José Márcio e Miguel Capobianco Neto

apresentou estudo feito pela entidade segundo o qual a situação dos aeroportos brasileiros é "quase insolúvel" para a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

O coordenador da unidade gestora da Copa no Amazonas, Miguel Capobianco Neto, disse que, na reforma do aeroporto de Manaus, estão previstos oito novos *fingers*, mas não está prevista a ampliação da pista nem do pátio de aeronaves.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ter estranhado

as informações divulgadas pela Infraero no ano passado sobre as obras no aeroporto de Manaus. "Eu seria uma péssima aliada se fechasse os olhos e dissesse que está tudo bem", afirmou.

A presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), alertou para a previsão de colapso nos aeroportos a curto prazo. Mário Couto (PSDB-PA) lembrou que o relatório final da CPI do Caos Aéreo, elaborado por Demóstenes Torres (DEM-GO), "foi rasgado e jogado no lixo pela maioria governista".

## Vanessa pede urgência nas obras em aeroportos

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse estar preocupada com a situação dos aeroportos brasileiros. Pouco antes, ela havia participado de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre atrasos nas reformas de portos e aeroportos, com foco na realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

– Acho que todos os esforços têm de ser demandados pelo governo federal, com mudança de procedimentos e tratamento do assunto como de urgência e emergência, para que a gente possa ver todos os aeroportos brasileiros reformados, com capacidade de receber os turistas



Vanessa espera ver os projetos prontos para o país receber os turistas na Copa

no ano de 2014.

A senadora elogiou a audiência, mas ressaltou que a discussão não foi completa, por não

terem participado a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e da Secretaria Nacional de Aviação Civil. A secretaria e a Infraero, disse, pediram prazo de duas semanas para apresentar pareceres sobre o setor.

O principal participante do debate na CI, ressaltou, foi o pesquisador Carlos Campos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Recentemente ele apresentou estudo apontando que, mantido o ritmo atual, as obras em nove dos 13 aeroportos que estão sendo preparados para a Copa não ficarão prontas a tempo.

## Obras em Salvador estão dentro do prazo

Pelo menos na Bahia, o temor de não se concluírem as obras de infraestrutura para a Copa do Mundo e as Olimpíadas não é verdadeiro, já que as melhorias estão sendo feitas dentro do cronograma. Foi o que disse o chefe de gabinete da Secretaria Extraordinária para Assuntos da Copa do Mundo na Bahia, Renan Araújo, na Subcomissão da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Segundo Renan Araújo, os projetos – a construção da Arena Fonte Nova, melhorias para mobilidade urbana e obras no porto e no aeroporto de Salvador – estão adiantados e talvez fiquem prontos até mesmo para a Copa das Confederações, em 2013.

– O depoimento nos deixa tranquilos em relação à Bahia, a Salvador. Na questão dos ae-



Blairo Maggi (C) e Vital do Rêgo (D) ouvem Renan Araújo sobre obras em Salvador

roportos, ele nos tranquiliza dizendo que Salvador não precisa de um aeroporto novo, somente de pequenas readequações e que isso está tudo dentro de um cronograma – disse o presidente da subcomissão, senador Blairo Maggi (PR-MT).

A respeito do aeroporto, disse Renan Araújo, não é necessária

a construção de um novo terminal ou pista, mas apenas implantar melhorias, como a ampliação dos terminais de passageiros e dos pátios das aeronaves, e a construção de um novo edifício garagem. Orçada em R\$ 30,4 milhões, com recursos da Infraero, a obra deve ficar pronta em abril de 2012, afirmou.

## Congresso vota regra para compor bancada no Parlasul

O Congresso Nacional deverá votar na próxima terça-feira o projeto de resolução que regulamenta a composição da nova Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Esse será o primeiro passo para a retomada das sessões do órgão, interrompidas desde o ano passado por falta da indicação dos novos representantes brasileiros.

Até dezembro, o Brasil era representado no Parlasul – sediado em Montevidéu, Uruguai – por 18 parlamentares, sendo nove deputados e nove senadores. Os mandatos, porém, terminaram em 31 de dezembro de 2010, segundo a Resolução 1/07 do Congresso. O projeto estabelece que os mandatos dos futuros representantes terminarão com a posse dos que vierem a ser eleitos diretamente para o Parlasul, provavelmente em 2014, ou ao término da 54ª legislatura, se as eleições não tiverem ocorrido até lá.

Segundo o projeto que será examinado pelo Congresso, a Representação Brasileira

passará a ser composta por 37 integrantes, para atender ao acordo político firmado com os demais países do Mercosul. Esta será a primeira etapa para a implantação do critério de proporcionalidade, que garantirá mais assentos aos países mais populosos. Nessa etapa, a Argentina contará com 26 parlamentares. Na etapa seguinte, após a posse dos eleitos diretamente pelas populações dos países do bloco, o Brasil terá 75 parlamentares e a Argentina, 43. Paraguai e Uruguai manterão os atuais 18 cada.

Dos 37 parlamentares brasileiros, 27 serão deputados federais e 10, senadores, todos no exercício de seus mandatos. A Mesa do Congresso fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares, observado, "tanto quanto possível", o critério da proporcionalidade partidária. A partir de então, os líderes indicarão aos presidentes da Câmara e do Senado, até 10 dias após a publicação da resolução, os nomes dos representantes.

## Itamar defende devolução de MPs sem exposição de motivos

O senador Itamar Franco (PPS-MG) pediu ontem a devolução das medidas provisórias 530/11 e 531/11 ao Executivo, pois até o momento de seu pronunciamento no

Plenário do Senado, ambas estariam sem as respectivas exposições de motivo. Com isso, disse o senador, torna-se impossível analisar o mérito dos pressupostos de urgência e relevância das MPs.

– A partir da publicação da medida provisória no Congresso Nacional, o período de emendas já está andando. Já demos um dia para apresentação de emendas, a MP sequer será examinada pela comissão mista que deveria fazê-lo – reclamou.

Itamar Franco disse que o Legislativo precisa se afirmar enquanto Poder da República, de modo a evitar o contínuo desrespeito do Poder Executivo à Casa responsável pela edição de leis.



Legislativo precisa se afirmar como Poder da República, diz Itamar

## Imóveis de Jorgina vão a leilão, diz Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que será realizado hoje leilão dos imóveis sequestrados de Jorgina de Freitas, fraudadora do Instituto Nacional do Seguro Social, para quitar seu débito com a Previdência Social, conforme condenação da Justiça.

O senador afirmou que sua intenção foi a de divulgar o leilão para atrair o maior número de pessoas interessadas em investir no mercado financeiro ou em adquirir um imóvel. O último lote de imóveis que foi a leilão, no início do mês, não teve interessados.

Segundo Suplicy, Jorgina de Freitas acusa o INSS de colocar os imóveis à venda por um preço muito abaixo



Senador afirma que é preciso fazer maior divulgação do leilão

da avaliação real.

De acordo com o senador, o procurador-chefe junto ao INSS, Alessandro Stefanutto, esclareceu que a Previdência e a Justiça estão tomando todos os cuidados necessários com o leilão, para que não haja venda de imóveis por valor subavaliado.



Em Plenário, presidente José Sarney comentou que as críticas devem orientar mudanças no Regimento Interno do Senado, que tramita na CCJ

## Excesso de subcomissões preocupa senadores



Humberto Costa diz que é impossível ter uma participação efetiva

OS SENADORES HUMBERTO COSTA (PT-PE) e Blairo Maggi (PR-MT) reclamaram em Plenário do excessivo número de subcomissões atualmente em atividade no Senado. Humberto Costa sugeriu ao presidente José Sarney a convocação de reunião de líderes e presidentes de comissões temáticas para tratar do assunto.

Sarney disse que a questão pode ser resolvida com emendas ao projeto de resolução que modifica o Regimento Interno do Senado (PRS 17/09).

O presidente da Casa solicitou ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), o envio do projeto o mais rápido possível ao exame do Plenário.

Segundo Humberto Costa, embora seja positivo que o Senado esteja "com atividades intensas", há subcomissões que tratam de assuntos similares e o excesso de reuniões – algumas no mesmo horário – impede a participação efetiva dos senadores.

– É humanamente impossível

um senador acompanhar todas essas reuniões e audiências públicas – disse. O mesmo argumento foi utilizado por Blairo.

Durante a reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, os senadores Eduardo Amorim (PSC-SE) e Ana Amélia (PP-RS) também manifestaram que a ocorrência de grande número de reuniões e audiências públicas impossibilita participação mais efetiva dos senadores.



Blairo Maggi concorda com líder do PT: "É humanamente impossível"

### Crivella lamenta morte em enchente



Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) lamentou a enchente ocorrida na cidade do Rio de Janeiro nos últimos dias e a morte de um homem afogado devido às chuvas, além de se solidarizar com a família da vítima

e todos os cariocas. Ele aproveitou para defender seu projeto que trata do aproveitamento da água das chuvas.

A proposta (PLS 411/07), já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, altera a legislação de política urbana e de habitação. A intenção é viabilizar a implantação de mecanismos de reaproveitamento das águas pluviais e de reciclagem das águas servidas em edificações públicas e privadas.

– Até faço um apelo aos colegas da Câmara: cidades altamente impermeabilizadas nas áreas tropicais e sujeitas ao fenômeno do El Niño precisam adotar com urgência o sistema de aproveitamento de água de chuva.

### Imposto sobre fumo deve financiar saúde



Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) pediu um realinhamento dos tributos sobre o tabaco e sugeriu que os recursos arrecadados sejam destinados à saúde pública.

– O fumo causa mal à saúde e ao erário.

Davim citou estudo de 2009 indicando que o Brasil vendia o cigarro mais barato do mundo. O preço de um maço de cigarros na Europa correspondia a R\$ 10,70 e, nos Estados Unidos, a R\$ 11,60, enquanto no Brasil o consumidor pagava em média R\$ 4, comparou.

Na opinião do senador, são evidentes os malefícios do fumo à saúde do fumante, ativo ou passivo, tanto que ele é responsável por 30% do total de casos de câncer e 90% dos casos de câncer de pulmão.

– Não teremos um sistema de saúde pública satisfatório se não houver um financiamento adequado, uma gestão eficiente dos recursos financeiros e uma política de recursos humanos de qualidade.

### Crimes homofóbicos preocupam Marta



Marta Suplicy

O aumento no registro de agressões motivadas por intolerância à orientação sexual da vítima é preocupante, na opinião de Marta Suplicy (PT-SP).

– É uma preocupação que tenho como cidadã brasileira que

sempre lutou pelos direitos humanos.

Apenas em 2010 foram registrados 23 assassinatos com motivação homofóbica em São Paulo. Marta destacou caso ocorrido em Itarumã (GO), onde pai e filho mataram uma adolescente de 16 anos. O crime teve motivação homofóbica, porque o pai não aprovava o relacionamento da vítima com sua filha.

A senadora mencionou que o Estado brasileiro é signatário de acordos internacionais que promovem os direitos humanos e precisa dar uma resposta rápida a esse tipo de violência "sistemática e gratuita".

– O Brasil não é um país de ódio e não podemos permitir retrocessos nos direitos humanos.

### Senador quer Meirelles contra a inflação



Cristovam Buarque

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles deveria estar em Brasília, ajudando a presidente Dilma Rousseff a combater a inflação. Em março, Meirelles foi

indicado para a presidência da Autoridade Pública Olímpica, que coordena a preparação para as Olimpíadas de 2016.

– Não dá para entender o desperdício de colocar um homem como o Meirelles para dirigir Olimpíadas em vez de tê-lo aqui em Brasília ajudando a enfrentar o problema da inflação.

Cristovam disse que a inflação é combatida com controle de gastos públicos e política de juros, mas também com a credibilidade dos que conduzem a economia. Ele se propôs a ajudar o governo no que for preciso.

– Agora, para isso, o governo tem que fazer alguns gestos que nos convençam de que a fala dela [Dilma] é, de fato, para valer – disse.

### Mozarildo reclama de cortes no orçamento



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) falou sobre a desativação do posto de fiscalização da Polícia Federal na vila de Jundiá, em Rorainópolis (RR). Segundo ele, matéria do jornal *Folha de Boa Vista* aponta que a desativação seria reflexo do corte no orçamento da polícia.

– Eu quero fazer um apelo ao novo diretor-geral da Polícia Federal, ao ministro da Justiça, à presidente Dilma Rousseff para que olhem com carinho essa questão da Polícia Federal no nosso estado – pediu o senador, acrescentando que a Polícia Rodoviária Federal também enfrenta problemas de falta de recursos.

Mozarildo afirmou que a falta de fiscalização nas fronteiras facilita entrada de drogas e armas e a saída ilegal de minérios e outros produtos. Para ele, os cortes no orçamento não podem ser feitos da mesma maneira em todas as áreas.

– Temos que, de fato, estabelecer prioridades – defendeu o senador.

### João Pedro alerta para Código Florestal



João Pedro

João Pedro (PT-AM) informou que diversas entidades e organizações estão enviando documentos aos parlamentares como subsídios para a discussão do novo Código Florestal. Ele destacou os documentos que já recebeu da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

– Não basta só o debate político. É evidente que decidiremos politicamente, mas nós precisamos ouvir essas contribuições [científicas] que estão chegando ao Congresso Nacional – defendeu.

Para ele, todos os parlamentares devem analisar com atenção essas e outras contribuições, para que o Congresso consiga elaborar um Código Florestal que atenda aos interesses do país. De acordo com João Pedro, todos esses documentos foram elaborados com a colaboração de pesquisadores e estudiosos.

### Mário Couto critica prefeito paraense



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o prefeito de Salinópolis (PA), Wagner Curi, que teria ameaçado impedir a conclusão de um trabalho comunitário realizado recentemente na vila de Cuiarana.

Relatando ter passado os últimos nove dias na comunidade, o senador disse que não faz sentido a interferência do prefeito, recém-desfilado do PT, no trabalho dos moradores da vila. Salinópolis é um dos principais destinos turísticos do Pará.

– Ele mandou parar a obra que a comunidade fazia, ameaçou na rádio, disse que ia prender todo mundo e não queria que se fizesse a obra naquela localidade turística. Quem no Brasil já assistiu a essa cena? Quantos senadores, deputados já assistiram a essa cena? De um prefeito maluco não querer o bem da sua própria terra, o bem da sua própria cidade? – disse o senador.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reforçou as críticas ao prefeito.

### Pimentel destaca os 38 anos da Embrapa



José Pimentel

José Pimentel (PT-CE) destacou os 38 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que tem hoje 47 unidades em todo o país, "beneficiando e assistindo com tecnologia a todas as regiões".

Pimentel também destacou a inserção internacional da Embrapa, por meio de cooperação técnica com países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Ele disse que todo o país tem clareza do papel que a Embrapa desempenha, "ainda mais quando o Brasil caminha pra ser o maior produtor de grãos do mundo".

Ele disse que a Embrapa dá a importância devida à preservação do meio ambiente e que suas tecnologias visam aumentar a produtividade da pequena, média e grande propriedade rural.

– O grande salto de qualidade que a nossa agricultura familiar conseguiu nos últimos anos tem muito da cooperação da Embrapa – declarou Pimentel.